

OS CONDOMÍNIOS EXCLUSIVOS DA BARRA DA TIJUCA COMO EXEMPLOS DO PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO, HIERARQUIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO

The exclusive condominiums of Barra da Tijuca as examples of the process of homogenization, hierarchization and fragmentation of the space

Artur Marcelo Paiva Marreca*

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - mpmartur@gmail.com.

Recebido em 15/05/2018. Aceito para publicação em 25/06/2018.
Versão online publicada em 10/08/2018 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo: No presente trabalho, buscamos compreender que a (re)produção de uma “nova” centralidade seletiva e espacialmente fragmentada, a Barra da Tijuca e suas representações aparecem como produtos do processo de metropolização do espaço da cidade, apoiado no “planejamento estratégico” e vinculado ao capital financeiro-imobiliário. Dentro desse processo, enfatizamos a proliferação de empreendimentos residenciais fechados pela cidade que utilizam um vasto aparelho de segurança. Essa dinâmica fundamenta a prática da autosegregação espacial e se amplia no âmbito da cidade como espaços de controle e de dominação, através do discurso das classes mais abastadas e da mídia, como opção que demonstra qualidade de vida, isolamento de grupos indesejados, segurança e proximidade com as atividades econômicas.

Palavras-chave: Condomínios fechados; Segregação/autosegregação; Insegurança.

Abstract: In the present work, we seek to understand that the (re) production of a "new" selective and spatially fragmented centrality, Barra da Tijuca and its representations appear as products of the process of metropolization of the city space, supported by "strategic planning" To financial-real estate capital. Within this process, we emphasize the proliferation of residential projects closed by the city that use a vast security apparatus. This dynamics supports the practice of spatial self-segregation and expands within the city as spaces of control and domination, through the discourse of the wealthiest classes and the media, as an option that demonstrates quality of life, isolation of unwanted groups, security and closeness With economic activities.

Key-words: Closed condominiums; Segregation/self-segregation; Insecurity.

1. Introdução

A presença de espaços residenciais fechados em áreas urbanas de diferentes tipos e padrões é o que chama atenção, tendo em vista a proliferação desses espaços pela cidade como também o interesse de morar neles. A sensação de insegurança nas metrópoles tem assumido influência crescente no imaginário social. As incertezas, os medos, ameaças e violências que nos tenta a analisar o processo de produção do espaço baseados na segregação-autosegregação. Acreditamos que a pesquisa seja relevante devido a intensificação de investimentos realizados na Barra da Tijuca e a importância de suas representações, no momento atual, para a cidade do Rio de Janeiro. Utilizaremos as representações nos termos destacados por Lefebvre (1983); ou seja, as representações se manifestam através da linguagem, mas não apenas, símbolos e imagens também são formas de expressão. Estão relacionadas com a capacidade de o discurso induzir certo desejo, substituindo o real. Assim, Ferreira (2014) demonstra que as formas espaciais “carregam em si a questão simbólica produzida pelas ideologias e representações, através das atividades políticas, econômicas e culturais, influenciando a própria formação da sociedade” (Ferreira, 2014, p.5). O objeto

do presente trabalho é o processo de segregação/autossegregação nos condomínios exclusivos da Barra da Tijuca (Bairro da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro – RJ). Tem-se como objetivo geral analisar a (re)produção espacial da Barra da Tijuca, considerando a influência simbólica desse modelo de ocupação no Rio de Janeiro, dentro de um processo mais geral, que denota o momento atual de metropolização do espaço. Buscaremos responder, sobre a perspectiva da totalidade do espaço, a questão central que orienta esta pesquisa: de que maneira a organização espacial da Barra da Tijuca contribui para intensificação da segregação/autossegregação e perpetuação da dominação social por parte das elites?

2. Desenvolvimento: Entre Muros, Cercas e Pistas

É importante compreender como as construções sociais em sua relação ao viver, ao morar e ao habitar a cidade estão se transformando devido a um padrão de condomínios exclusivos que vem ganhando força. Destacam-se seus muros, cercas elétricas, a forte segurança, a ligação por largas vias, baixa circulação de pedestres e o predomínio de apenas um perfil de classe social. Não estamos falando de um quartel ou área militar, apenas a parte da cidade do Rio de Janeiro que mais privilegia o espaço privado, a Barra da Tijuca. Entretanto, devemos entender que os conflitos a serem analisados a seguir não se restringem à área de estudo, estão dentro de um movimento mais amplo que contém cada qual frações da sociedade, e que nos desafia a pensar a construção de uma sociedade mais justa.

Se estivermos analisando as transformações espaciais, devemos compreender que o espaço constitui uma realidade objetiva, ou seja, é um produto social em transformação constante. Concordamos com Ferreira (2011) quando o autor afirma que “nas cidades do século XXI, a banalização do espaço urbano tem se tornado cada vez mais efetiva”, pois a reprodução desse espaço tem-se realizado, em muitas cidades, centradas em “modelos internacionais de sucesso” (FERREIRA, 2011, p.29). Podemos dizer então que os projetos urbanísticos e muitas cidades do globo apresentam uma tendência à homogeneização.

Nesse sentido, observamos que independente da cidade repetem-se as formas espaciais, sejam elas pautadas em projetos de “revitalização” ou em grandes “bairros fechados” de residência para classes mais abastadas. Aqui enfatizamos a base material, mas temos que entender que a produção simbólica também está associada a essa mesma produção.

Todas as transformações citadas estão direta ou indiretamente relacionadas com o atual processo de metropolização do espaço, estamos no referindo, segundo Lencioni (2006), a um sentido de ação que imprime ao espaço características metropolitanas, ou seja, códigos e valores que marcam o momento atual da organização do espaço e das práticas espaciais que nele se realizam. Este processo mais geral condiciona e produz este momento histórico e remete a alguns fatos que darão sentido à análise efetuada neste trabalho.

Deve-se entender que a metropolização do espaço não é exclusiva da metrópole ou da região metropolitana, pois “incorpora as cidades médias, as pequenas e o chamado ‘mundo rural’, hoje muito transformado e incorporando urbanidades” (FERREIRA, MATTOS, RUA, 2015 p.16). A desconcentração industrial proporcionou novas exigências para o desenvolvimento. A proliferação de funções de serviços avançados, o desenvolvimento de rede de infraestrutura para viabilizar os fluxos de pessoas, mercadorias e informação que alteram a capacidade produtiva, as estratégias políticas e o cotidiano.

Assim, observamos uma intensa relação entre globalização, reestruturação produtiva e a dinâmica metropolitana. A dispersão produtiva industrial pelo território brasileiro, ocorrida a partir dos anos 1970, proporcionou que muitas cidades apresentassem características condizentes com a dinâmica metropolitana. Apesar do processo produtivo industrial não ser condição para que uma cidade se torne uma metrópole. “Se há uma relação, não é pelo fato de a cidade ser ou não industrial, mas por ser uma cidade do capital” (LENCIONI, 2006, p.49).

Esta racionalidade imposta pelo processo de metropolização do espaço associada à lógica do capital financeiro é hegemônica. Mas, convém ressaltar que não é homogênea, no sentido que possui ritmos e intensidades diferentes e que afetam os territórios de maneira distinta, ora presentes e ora ausentes, produzindo descontinuidades. Entretanto, a reprodução do espaço – principalmente nos lugares onde a lógica do capital está bem desenvolvida – tende a um processo de homogeneização – no sentido de repetição. Não é surpreendente, então, que cidades, bairros e projetos urbanísticos sejam cópias uns dos outros. O espaço que tende à homogeneização apresenta-se fragmentado, pois é vendido enquanto mercadoria, associando-se a descontinuidades crescentes na mancha urbana. Podemos observar como exemplo relevante desse processo o modelo urbanístico para a Barra da Tijuca e seus condomínios fechados.

Tal fragmentação configura-se também como fragmentação social, que se materializa espacialmente. Essas frações da cidade se impõem umas sobre as outras caracterizando espaços hierarquizados, já que o espaço transformado em mercadoria dá origem a localidades que são valorizadas diferentemente na cidade.

a homogeneização e a fragmentação são dois termos que demonstram a contradição que funda a segregação, o produto dos interditos, a diferenciação da acessibilidade dos membros da sociedade à produção social do espaço, pela propriedade privada da riqueza (CARLOS, 2011. p.82).

A contribuição da tríade analítica homogeneização-fragmentação-hierarquização é fundamental para a análise espacial que estamos fazendo, assim como a percepção da presença e ausência – caracterizada principalmente pela ação efetiva ou não dos atores sociais – na produção do espaço na Barra da Tijuca.

Vivemos em um momento histórico no qual as cidades buscam ser cada vez mais competitivas umas com as outras, seguindo a lógica empresarial global de competitividade. Assim, a criação de maiores possibilidades de investidores e com isso, mais empresas, turistas e fluxos de capitais são primordiais para alcançarem o sucesso de cidade global, “rica” em bens materiais e simbólicos difundidos por uma concepção hegemônica economicista, que intensifica as desigualdades sociais e promove a segregação.

O planejamento estratégico, publicado em 1996 é um instrumento adotado pelo poder público, consolidado no Rio de Janeiro, que assegura políticas e estratégias de crescimento urbano. Está associado diretamente ao paradigma do chamado “empreendedorismo urbano”, ou seja, uma forma de governança urbana caracterizada por uma postura empresarial na gestão das cidades, apoiadas nas ações do “City-marketing” e nas parcerias públicos-privadas. Essas parcerias têm em vista o desenvolvimento econômico através de investimentos imobiliários pontuais e especulativos – condomínios fechados por exemplo – em vez de objetivar um desenvolvimento social.

A estrutura urbana, compreendida como o arranjo dos diferentes usos do solo num determinado momento, é expressão das ressignificações e os novos rumos do processo de metropolização do espaço. Constantemente redefinido em função da expansão territorial e dos novos usos do solo, sob a ação de determinados atores implica na reestruturação da cidade a partir de processos de fragmentação do espaço.

Assim, hoje se transforma a materialização da utopia de Lucio Costa - modelo de centralidade baseado nos condomínios exclusivos para o Rio de Janeiro na Barra da Tijuca. Uma utopia com base nas relações capitalistas, mas não podemos ficar refém dessas criações, devemos pensar em outras possibilidades. As condições, os processos e o modo específico de ocorrência dessa materialização espacial apresentam consequências importantes a serem analisadas, uma vez que esta lógica vem ganhando força em relação a morar e viver na cidade.

Esse “bairro-modelo”, fazendo referência em outra escala à Fernanda Sanches (2001), trata-se de um discurso ideológico que configura políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade. Planejado e concebido por um renomado urbanista, em associação com o Estado e grandes

empresas, o espaço é fragmentado em parcelas que são especuladas pelo mercado imobiliário e formam grandes fortalezas que comprometem a permeabilidade entre os espaços públicos a partir de uma série de regras rígidas e falta de igualdade de acesso, representando a exclusividade.

No Brasil, especialmente “novas” centralidades como a Barra da Tijuca mostram que investimentos públicos transferem renda para o mercado imobiliário de alto padrão, enquanto carências básicas de grande parte da população não recebe a mesma atenção. A proliferação dos condomínios exclusivos da Barra da Tijuca está associada à concepção de cidade, que promove a qualquer custo, condições de competitividade empresarial a partir da produção de espaços favoráveis a rentabilidade dos capitais ligados às elites locais e o capital financeiro/imobiliário. A cidade deixou de ser o local do negócio para ela mesma ser o principal objeto dos grandes negócios. Vale lembrar o redirecionamento dos fluxos de capitais para os centros urbanos, como das grandes empresas – Camargo Correa, Odebrecht, OAS, Carvalho Hosken – todas com grandes projetos na Barra da Tijuca; de condomínios exclusivos, hotéis, shopping centers às obras de infraestrutura nos arredores.

Na prática esta cidade fragmentada, hierarquizada e homogeneizada é pensada e produzida pela ação do Estado em parceria com empresas privadas, que definem a localização de infraestruturas. Estes atores sociais acompanham o movimento do capital imobiliário, de serviços e comércio, que têm hoje um grande aporte na Barra da Tijuca.

Concordamos com o pensamento de Lencioni (2010) no entendimento de que os condomínios são exemplos dos fragmentos existentes dentro de uma só unidade. Assim, o espaço cindido social e territorialmente distancia os diferentes grupos sociais da convivência uns dos outros. É essa diferença que produz as hierarquias que expressam subordinação e dominação, caracterizadas como produto do poder da economia e da política.

Dentro desse contexto Lefebvre (2008) faz uma reflexão mostrando como o espaço serve de instrumento de dominação utilizado pelas classes sociais dominantes para

dispensar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas (Lefebvre, 2008. p.160).

Dessa forma, observamos como atualmente imagens servem como instrumentos de controle e dominação. Por exemplo, O letreiro instalado com o apoio da subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá e também da empresa ACIBARRA (Associação Comercial e Industrial da Barra) é o painel de “boas-vindas” à todas as pessoas que chegam no Bairro pelo túnel do Joá. Instalado desde 1986, transformado ao longo do tempo, mas sempre voltando ao seu título de origem “Sorria, você está na BARRA” representa o discurso vendido pelos atores sociais hegemônicos – o Estado, as empresas, construtoras imobiliárias, donos de terras e a mídia – que levam a configuração de conjuntos de valores que estimula formas de ser e viver nas cidades de hoje.

A capacidade de imagens urbanas projetarem códigos sociais sobre o espaço e sobre a vida social está fundamentada numa produção simbólica de que participam ativamente os atores dominantes e, passivamente, a maioria dos cidadãos (SANCHES, 2001. p.157).

Concordamos com Vainer (2000) quando afirma que a construção de um “patriotismo de cidade”, simbolizada no letreiro ou no “outdoor”, ao contrário do sentimento de crise é a constatação da paz, da estabilidade e garantia de uma trégua social. Esse sentimento consistente e durável permite que os seus líderes e a sociedade assumam a responsabilidade com orgulho do passado e do futuro na construção dessa representação espacial.

Dessa forma, instaura-se a felicidade e a performance de uma vida “perfeita” na Barra da Tijuca, inibindo movimentos contrários promovidos pela sociedade para a construção de novas

espacialidades.

A publicidade e as imagens da mídia passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora importância maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. A publicidade já não parte da ideia de informar ou promover no sentido comum, pois se volta cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos. Estamos falando de controle (FERREIRA, 2014,p.3).

Assim, os autores nos mostram a influência da publicidade e das mídias na manipulação dos cidadãos, exercendo um controle social nos desejos e emoções que reforçam ainda mais a ideia de que o capitalismo não está apenas relacionado aos bens materiais, ele é uma construção social.

Na sociedade capitalista são criadas e reforçadas uma série de ideias que coincidem com as necessidades de reprodução do capital e da sociedade enquanto tal. Mais do que ações individuais, essas ideias propagadas movimentam as transformações espaciais através de diversos atores, os quais inclusive distorcem e controlam a noção de necessidade da população, inibindo os movimentos de reformas e mudanças estruturais na cidade.

o espaço toma forma se apresentando e representando, produzindo discursos e imagens adequadas, evidenciando a importância que vem adquirindo o city marketing como instrumento de políticas públicas. (Sánchez, 2001, p.155)

O que nos chama a atenção na (re)produção do espaço na Barra da Tijuca é a valorização da fragmentação e do parcelamento do solo com presença excessiva de “signos” – muros, cercas, pistas voltadas ao automóvel individual e shopping centers –, como também a ausência de espaços comuns, públicos, que fomentem o encontro, a reunião em detrimento do valor de troca difundido. Estes condicionam as práticas espaciais a seguirem as concepções de espaço organizado de acordo com interesse dos atores hegemônicos, e em representações do espaço que celebram a ordem, progresso, o desenvolvimento do capitalismo e o individualismo. Lembramos que é na e através das práticas espaciais que vivenciamos as contradições que são a chave para contestar ou reproduzir a organização espacial.

Os condomínios exclusivos revelam de forma mais ostensiva e perceptível às desigualdades socioeconômicas nas grandes cidades brasileiras. Enquanto elites e parte das camadas médias compram esses fragmentos, grande parte da população urbana se vê privada de usufruir dos bens e dos serviços que a cidade tem a oferecer.

Podemos destacar que espaços residenciais fechados controlados por sistemas de segurança contribuem para uma redefinição de seus moradores com o restante da cidade. De acordo com Sposito e Goés (2013) isso se estabelece de diferentes pontos de vista. Os muros estabelecem limites concretos de distinção com o restante da cidade que impedem a circulação, com exceção do fluxo controlado pelos portões. Além disso, os muros expressam também uma suposta proteção aos seus moradores dos problemas que cercam os ambientes fora dos condomínios exclusivos. Essa suposição caracteriza uma diminuição da insegurança que configura nosso tempo, especialmente aquela relacionada com as grandes metrópoles como é o caso do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, a escolha de viver sob essas formas de moradia é também uma opção pela diminuição das interações espaciais com o restante da cidade, uma separação caracterizada pela negação de convivência entre as diferenças, nos mesmos espaços. O controle e a segurança orientam as interações entre o interno e externo, selecionam o acesso e o direito de ir e vir, além de definir como isso pode ou não deve ser feito. Assim, contribuem para o “estranhamento” segundo as autoras citadas acima, entre esses dois “universos”, pois é reduzido o tempo diário dos moradores fora dos muros, além de criarem ambientes de convivência somente entre seus pares. “As relações sociais no capitalismo, isto é, as relações de exploração e dominação, se mantêm pelo e no espaço inteiro”

(Lefebvre, 2008. p.156)

Bauman (2001) nos lembra que ao mesmo tempo em que os muros significam uma certo aprisionamento dos seus moradores, estes também os libertam de possíveis presenças indesejáveis e assim não produzem a sensação de enclausuramento, já que podem circular livremente entre os seus pares. De fato, a preocupação dos habitantes que buscam esse tipo de moradia em condomínios fechados decorre da percepção da violência no mundo, as suas incertezas e a sensação de insegurança, no entanto essa violência aparece mais como uma possibilidade a ser evitada do que uma realidade a ser combatida.

Ilusoriamente, essa lógica predomina no espaço e oculta – sob a sua homogeneidade – as relações reais e os conflitos, sendo assim difundidas e propagadas como representações ideais. Segundo Bauman (2001) o prenúncio e o medo das “ruas inseguras” mantêm as pessoas longe dos espaços públicos – estes repletos de conflitos - e as afastam da arte e das habilidades necessárias para participar da vida pública. Nesse mesmo movimento, Carlos (2011) demonstra que a separação das práticas espaciais visando à reprodução social ocorre através da produção do espaço e da cidade como segregação no seu sentido

estratégico, que, ao delimitar um lugar para cada um – criando áreas homogêneas apoiadas em identidades de classe e, pretensamente, apartadas do todo social e da cidade, escamoteia o conflito (CARLOS, 2011, p.79).

A ausência de espaços públicos que fomentem a reunião da diferença são também representações do espaço. Essa separação em detrimento da vida em comum significa segundo Bauman (2001), o sentido que damos para “comunidade” atualmente. Percebido como a ausência do “Outro” – principalmente aquele que tenta ser diferente e por isso é capaz de causar situações desagradáveis – tornando-se um “alien”, aquele que se encontra fora do lugar. É preciso frisar que estamos falando das classes mais favorecidas, pois existe uma diferença na percepção do sentido de “comunidade” para as diferentes classes sociais. O que os indivíduos provavelmente veem na “comunidade”, segundo o autor, é uma garantia de “certeza, segurança e proteção” – três qualidades que mais lhes fazem falta no dia a dia e que não podem obter isolados.

Sposito e Goés (2013) também contribuem com o raciocínio, as reações dos cidadãos à insegurança “envolvem cada vez mais práticas individuais, privatizantes, repressivas e adeptas a mecanismos de controle exacerbados, caracterizadas pela desconfiança em relação aos outros.” (Sposito; Goés, 2013, p.163) E, portanto, tais reações expressam o processo de fragmentação espacial tanto na dimensão da segmentação da cidade quanto na dimensão social. Esta diferenciação entre os que vivem dentro dos muros e os de fora se manifestam de maneira hierarquizada e ainda é tratada com naturalidade no cotidiano.

Dessa maneira, utilizamos o par segregação-autossegregação, pois acreditamos que este binômio parece mais adequado por reforçar a ideia segundo a qual um alimenta o outro. São dinâmicas que se combinam, de um lado as ações dos sujeitos sociais envolvidos no ato de segregar e de outro a condição de ser e sentir-se segregado.

Intensa articulação entre segregação e autossegregação, visto que, embora sejam movimentos que têm agentes diferentes e razões diversas, geram dinâmicas e representações sociais do espaço, bem como práticas espaciais que se aproximam (SPOSITO, p.70, 2013).

Deste modo, a segregação-autossegregação promove diferenciação na acessibilidade dos membros da sociedade ao espaço urbano socialmente produzido, os muros, cercas e pistas limitam os passos e separam os corpos com a sua presença, recriam a hierarquização social demarcada pelo

dinheiro e pelo poder de classe. Este processo surge em contradição com a construção social da cidade, no sentido de ser, em sua essência, o lócus da reunião, do encontro e da sociabilidade. “A produção da segregação como separação e apartamento implicando uma prática social cindida como ato de negação da cidade” (CARLOS, 2013, p.100) define especificamente a divisão social do espaço.

Outra questão importante estabelecida dentro desse escapismo é a relação contraditória configurada pela necessidade de separação. O desejo de isolamento é contraditório, pois as pessoas que têm condições de se autosegregar necessitam, enquanto empregadores e donos, daqueles que eles desejam excluir do seu cotidiano, na qualidade de trabalhadores – porteiros, empregadas domésticas entre outros.

Assim, cotidianamente observa-se uma relação contraditória entre separação/integração das diferentes classes sociais, mas esta revela e reproduz a dominação e subordinação social. Esta prática manifesta a dimensão simbólica da segregação-autossegregação expressa na relação de trabalho – empregado e empregador. A autossegregação representa a fuga dos problemas vinculados à insegurança urbana, não promovem o enfrentamento ou o fim do problema, representam somente uma ilusória solução.

Essa espécie de “privatopolis imobiliária” utilizada por Lencioni (2010) e elaborada por Hidalgo, Borsdorf & Zunino (2008), refere-se à expressão da produção da “anti-cidade” cunhada por Lefebvre, que emerge a partir do processo triádico de homogeneização, hierarquização e fragmentação do espaço, na medida em que intensifica a segregação-autossegregação, criando obstáculos para a reunião e encontro de pessoas e ideias. Dessa maneira, a cidade é vivida e percebida pelos seus habitantes através dos fragmentos.

3. Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2003

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. – São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmica urbana e metropolização: Desvendando os processos espaciais. IN: FERREIRA, Alvaro ET al. (orgs.). *Metropolização do espaço: Gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 35-51, 2013.

FERREIRA, Alvaro. *A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, Alvaro. Metropolização do espaço, tensões e resistências: Entre espaço de controle e controle do espaço. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. XVIII, núm. 493 (55), 1 de novembro de 2014. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-493/493-55.pdf>.

FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais: Processos e Dinâmicas. Uma Introdução. IN: FERREIRA, Alvaro ET al. (orgs.). *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, p.15-32, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de cultura economica, 1983.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. IN: FERREIRA, Alvaro ET al. (orgs.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, p. 17-34, 2013.

LENCIONI, Sandra. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. *Scripta Nova*. Revista

Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (69). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo Metrôpoles: Território e Sociedade. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de(orgs.). *Metrópole: Governo, Sociedade e Território*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj. p.41-58, 2006

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. IN: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. IN ARANTES, Otília ET al. (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, p.75-103. 2013.